

**ATA Nº 08/2024 DO CONSELHO DELIBERATIVO DO IPREVE**

Aos dezenove dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro, às quinze horas, na sala de reunião, piso superior da Prefeitura Barra Velha, sito a Avenida Governador Celso Ramos, número duzentos, bairro Centro, Município de Barra Velha/SC, reuniram-se em sessão o Conselho Deliberativo nomeado pela Portaria 212/2024 do Município de Barra Velha/SC. Presentes a Sra. Juliane Magalhães representando Edivaldo Navarro Cachoeira Diretor Presidente, Dulceléia da Rosa Malheiros (servidora ativa titular), Luciana Erbs da Costa Kochhann (servidor ativo titular), Rubia Fernanda Alves (servidora ativa titular) Luciana Maria da Costa (servidora ativa titular), Jacinda Maria Dethiuki Padilha (servidora inativa titular), Eliane Maria Mello (servidora ativa titular) e Márcia Nunes Silveira (servidora ativa titular). Participou ainda Mário Fernando Lessack (servidor ativo suplente) e Marilene Gonzaga contadora do IPREVE convidada para explanação técnica. Pauta: 1) Leitura, discussão e aprovação da ordem do dia; 2) Leitura e Aprovação da ata 07/2024; 3) Análise das compras 4) Análise dos relatórios de investimentos; 5) Análise do relatório financeiro; 6) Assuntos diversos. Eliane iniciou a reunião solicitando a leitura da ata. Luciana Erbs leu a ata. A qual foi aprovada por todos com as correções devidas. Com relação aos itens de compra da pauta 3) Juliane questionou se o Conselho quer saber de algo em específico. Márcia questionou se o relógio ponto chegou. Juliane falou que chegou e será implantado o sistema da IPM além do treinamento que irá acontecer para o uso do registro do ponto digital. Márcia questionou para deixar registrado em ata a finalização do processo de compra das provas de certificação. Juliane explicou que foram adquiridas 9 (nove) provas, das quais 6 (seis) já foram feitas, e 3 (três) estão pendentes e parabenizou os certificados. Juliane relatou que está realizando a compra do Cálculo Atuarial, por inexigibilidade pelo fato que a Lumens já faz o cálculo por muitos anos e existe a preocupação de que outras empresas possam realizar um cálculo diferente do que tem sido feito. Márcia questionou se a compra do estudo de Segregação de Massa já foi feita, Juliane explicou que sim, e que a empresa Lumens já solicitou os dados ao IPREVE, Márcia questionou o prazo para a entrega do estudo. Juliane explicou que é um prazo longo, mas no momento não sabia informar, também informou que os pedidos de documentos, que a Lumens faz, vêm sempre com prazo. Juliane acrescentou que foi solicitado material de construção para fazer a manutenção da sala do IPREVE. Eliane questionou como vai ficar o trabalho durante o período em que estiverem reformando o piso Juliane explicou que estão pensando em home Office. Eliane explicou que não tem como trabalhar com pó. Juliane explicou que ainda tem outros problemas na sala, mas que em outra oportunidade se decide se continua usando a sala da educação, se reforma ou toma-se outra decisão. Passando para o item 5) da pauta, Juliane apresentou o Relatório Financeiro que apresentou um patrimônio com total de em julho de 2024 é de R\$ 89.051.840,52. Juliane explicou que trouxe a Marilene pra explicar do ponto de vista contábil, para esclarecer qualquer tipo de dúvida no momento ou depois. Marilene explicou que está sempre disponível para tirar dúvidas, receber sugestões e críticas em qualquer momento. Marilene começou explicando que queria comentar sobre a LDO e a LOA, que já foi montada Marilene começou explicando que existe diferença entre Orçamento, Patrimônio Contábil. A partir de 2023, os rendimentos financeiros são lançados na contabilidade somente no resgate da aplicação. Juliane explicou que em julho de 2024, o patrimônio do IPREVE aumentou e rendeu o valor dos fundos em aproximadamente 914 mil reais, mas que esse valor não é lançado como receita. E acrescentou que este valor é patrimonial, mas não influencia no orçamento. Marilene também explicou que dependendo dos resgates que são feitos gera um valor de PASEP a ser pago,



e esse valor também é taxa de administração. Marilene começou a apresentar a LOA, com previsão da receita e da despesa. Luciana Erbs questionou que até o mês 7 de 2024 a remuneração de aplicação foi de 534 mil, e questionou deixar apenas 84 mil para o ano todo de 2025. Marilene explicou que privou pelo princípio da prudência. Luciana Erbs explicou que entende que de certeza iremos superar este valor e que acabará sendo suplementado. Marilene explicou que o orçamento é feito de receita, despesa e a diferença dos dois é a reserva de contingência, e que ela prefere e acha melhor ter que suplementar do que a possibilidade de não atingir a arrecadação quando forem apurados os valores de receita. Porque se não for atingida a arrecadação, as despesas terão que ser contingenciadas. Eliane questionou o prazo para aprovação na Câmara, Luciana Erbs explicou que até setembro deve ser aprovada a LDO e em outubro a LOA. Marilene explicou que caso sejam feitos gastos com manutenção, cursos ou outros e posteriormente não sejam arrecadados os valores previstos, podemos ter que contingenciar as despesas e até comprometer alguns pagamentos essenciais. Marilene explicou que a taxa de administração é retirada do valor recebido pela prefeitura a cada mês de recebimento. Para a fixação das despesas Marilene apresentou a planilha das despesas estimadas, e na planilha incluiu vínculo para a capacitação dos conselheiros e servidores do IPREVE. Marilene explicou que foram estimados 300.000,00 para a taxa de administração e R\$200.000,00 somente para a capacitação dos conselheiros e servidores do IPREVE. Jacinda questionou se são 500.000,00 o valor para capacitação, e foi esclarecido que são R\$200.000,00. Marilene explicou que será feita uma conta separada e que na lei e portaria diz que tem que ser separado. Acrescentou que teremos o 0,6% a mais na taxa de administração, mas que o TCE exige que seja separado. Eliane acrescentou que esse valor somente virá se conseguirmos o Pró-Gestão, se não alcançarmos não teremos o recurso. Marilene explicou que o orçamento está sendo montado com a previsão de alcançarmos o Pró-Gestão. Juliane comentou que até o presente momento o IPREVE não tinha um contador com dedicação exclusiva e que hoje temos, e assim é possível analisar todos os pontos para a elaboração da LOA. Ainda parabenizou a Marilene pelo trabalho. Eliane questionou sobre a previsão de aposentados na LOA, porque acredita que tem muitos servidores que irão se aposentar em 2025. Marilene explicou que não teve essa informação, e explicou que o ideal seria ter novos aposentados e novos concursados, e são dois pontos que ainda não verificou com a prefeitura. Marilene explicou sobre a taxa de administração para 2024, que é de R\$ 1.295.000,00, e que não temos o 0,6%, e que todas as despesas administrativas estão neste valor. Apresentou as despesas fixas, que é de aprox. 95mil por mês, entre sistemas, folhas, PASEP, e etc. que dá aproximadamente R\$ 1.140.000,00, sendo que a taxa de administração é de R\$ 1.295.000,00. Marilene apresentou que em 2024 já foram gastos aproximadamente 40mil reais, e sugeriu para que em 2024 cuidássemos mais dos gastos. Juliane explicou que a DATAPREV criou novo sistema e o valor que pagávamos era de 3 mil ao ano e este novo será de 43 mil ao ano. Explicou que na transição do sistema, foi pago um valor de benefício indevido após o óbito, e que esse sistema deve ser utilizado para que não tenhamos este problema. Marilene explicou que o superávit do ano passado foi de R\$ 208.000,00, e que já foi suplementado R\$ 150.000,00 e para PASEP o valor de R\$ 20.000,00. E que o saldo de dotação antes da suplementação não dava nem para pagar o jeton até o final do ano. Luciana Erbs questionou na sobre a capacitação, pois temos agora 150 mil para este item e despesas variáveis. Considerando que estamos praticamente em setembro, acredita que não teremos mais tantas despesas variáveis e poderemos realizar cursos. Marilene apresentou que ainda temos gastos não empenhados e que devemos ser prudentes. Marilene colocou que o IPREVE não consegue dizer o quanto podemos gastar. Que o ano que vem



será mais visível e detalhado os gastos que poderão ser feitos. Eliane solicitou que devemos estipular para o próximo ano é esse valor para capacitação e cursos. Juliane explicou que se injetou 150.000,00 neste momento e que a despesa fixa é de R\$95.000,00 até o final do ano. Marilene explica que todo mês são aproximadamente R\$10.000,00 para o jeton, e que ainda faltam 5 meses, totalizando R\$50.000,00 de jeton. Luciana Erbs pergunta quantos temos de saldo orçamentário para pagamento de jeton. Marilene fala que são os R\$ 150.000,00 e mais ou menos R\$35.000,00 da dotação anterior. Marilene explicou que da taxa de administração ela descontou as despesas fixas e sobrou R\$150.000,00. Porém ainda tem despesas que ao foram empenhadas. Luciana Erbs questiona que então o saldo não é 153.000,00, pois o gasto com o jeton não está sendo considerado. Marilene apresentou outra planilha explicou que dos R\$ 185.000,00 são para pagar folha e jeton até o final do ano. Luciana pediu que se fizesse um simulado até dezembro para que na próxima reunião seja possível decidir se podemos realizar novos gastos. Luciana solicitou saber da arrecadação até julho/2024, e falou que podemos usar 3% deste valor até presente. Marilene corrigiu que o valor da taxa de administração é relacionado ao ano de 2023 e que é nisso que ela se baseia. Luciana explica que nesse caso isto se dá por excesso de arrecadação e não é superávit. Marilene explica que excede a taxa de administração. Juliane explica que diferente do executivo da prefeitura que é possível lançar o excesso de arrecadação no caso do IPREVE a situação fica limitada ao valor do ano anterior. Marilene acrescentou que o Conselho Deliberativo já gastou R\$ 20.359, Conselho Fiscal o valor de R\$10.590,00 e IPREVE o valor de R\$ 9.307,00. Estes valores são referentes à capacitação, diárias, passagens aéreas, e outros gastos das capacitações. Dulce questionou se ela (Marilene) consegue, para a próxima reunião, a estimativa do que sobrar do ano de 2024 para podermos decidir o que podemos gastar com a capacitação, podemos entrar num consenso do que é possível usar para a capacitação. Marilene concordou que pode apresentar na próxima reunião. Eliane passou para assuntos diversos, e comentou que o Conselho Fiscal também quer ir para o Congresso de Aracaju. Márcia explicou que é o Congresso de Conselheiros da ABIPEM, que era sempre realizado em Brasília e que esse ano vai ser em Aracaju/SE e que será nos dias 6, 7 e 8 de novembro. Complementou que é o que pretende ir. Eliane falou que em setembro há outro Congresso. Juliane confirmou os dados do Congresso na página da ABIPEM e informou que em setembro há outro Congresso em Brasília, que é o Congresso Mulheres no RPPS. Juliane apresentou um orçamento per capita para ir ao Congresso em Brasília, o custo de um conselheiro é de R\$4.200,00, incluído passagem, diária e inscrição. Juliane acredita que para ir no congresso em Aracaju o valor poderá ser até mais alto. Márcia explicou que no ano passado já não pode ir no porque no final do ano não havia recursos financeiro, e que desde o início deste ano informou este Conselho que gostaria de ir no Congresso de Conselheiros da ABIPEM, e que gostaria que o Conselho levasse em consideração esta questão, solicitou que a Marilene fizesse os cálculos para podermos verificar o saldo para capacitação e decidirmos a ida ao Congresso. Dulce também lembrou que os gastos com capacitação realizados foram praticamente focados no pró Gestão, e que somente duas pessoas foram em congressos. Dulce então também solicitou que precisamos saber do saldo de recursos. Juliane ainda esclareceu que o que o Conselho quer são os orçamentos para a ida a Aracaju, no Congresso de Conselheiros, e confirmou que fará o orçamento das despesas e a Mari fará o levantamento do saldo para capacitação. Márcia alertou que como existem todos os procedimentos para aquisição das inscrições e passagens, deveremos Juliane explicou que sai de férias em novembro. Márcia complementou que devemos deixar tudo resolvido antes. decidir via Whats app, pois se deixarmos para resolver somente na reunião



poderá não dar tempo. Os conselheiros concordaram com a decisão das compras antes da próxima reunião. Marilene explicou que ainda nesta semana ela consegue passar o saldo. Eliane falou que as certificações serão obrigatórias para todos até o final de 2025, independentemente de ser o titular ou suplente. Luciana Erbs explicou esta questão foi questionada por um RPPS e foi respondida que a partir do momento que o suplente assumir o lugar do titular seja definitivamente ou somente na falta, terá que ter a certificação ou representar o titular que não é obrigatório para o suplente. E que o suplente não é obrigado a estar certificado, porém para assumir deverá possuir. Eliane explicou que, na falta do titular, o suplente não pode participar como titular caso não seja certificado. Luciana Costa informou que está certificada no Pró-Gestão. Juliane solicitou a documentação para o preenchimento dos requisitos dos Conselheiros. E alertou que faltam muitos documentos. Dulce lembrou que a Márcia e a Eliane ainda estão sem suplentes. Juliane falou que a empresa contratada ainda está implementando o sistema, terminando a parte de cadastro de servidores pensionistas e aposentados. Posteriormente entram na etapa de arrecadação e eleição. Juliane explicou que para colocar o site no ar, precisamos contratar o domínio, que não estava no termo de referência licitado. Informou que tem o CIASC que é gratuito e tem outras plataformas pagas. Juliane está tentando fazer pelo CIASC, está iniciando a documentação para conseguir o domínio. Dulce perguntou quando a Juliane consegue deixar pronto para podermos fazer a eleição. Juliane explicou que é a GPREV que está implementando o sistema, e que não pode dar previsão. Questionou-se se há outra forma de se fazer a eleição, talvez manual. Luciana Erbs explicou que seria um trabalho de formiguinha, que nas outras eleições o Edivaldo levava a urna nas diversas unidades da prefeitura para que os servidores votassem, e que leva muito tempo. Dulce então colocou que os suplentes que temos devem também realizar a certificação, Juliane então questionou se os suplentes querem fazer a prova, pois seria uma despesa de graça caso os mesmos não realizem as provas. Márcia sugeriu que após a eleição no ano que vem, caso os atuais suplentes não queiram se certificar sejam convidados a abrir a vaga para os novos suplentes. Eliane ainda questionou que quando é feita a aquisição das passagens aéreas não são feitas as compras de despacho de mala. Juliane explicou que não é especificado pelo conselho que se deve comprar. Juliane pediu que toda e qualquer compra, precisa ser enviado um ofício informando todas as informações para a aquisição. Márcia colocou que estamos em contenção de despesas então não faz sentido de aquisição de malas despachadas. Nada mais havendo a tratar, Eliane Maria de Mello - Presidente do Conselho Deliberativo deste Instituto, encerra a presente reunião. Eu, Márcia Nunes Silveira, secretária do Conselho, encerro a presente Ata da Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo, que após lida e aprovada, será assinada pelos presentes.

Eliane Maria Mello  
Presidente do Conselho

Luciana Maria da Costa  
Vice Presidente do Conselho

Márcia Nunes Silveira  
Secretária do Conselho

Edivaldo Navarro Cachoeira  
Diretor Presidente – IPREVE





**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS  
SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE  
BARRA VELHA**

---

Luciana Erbs da Costa Kochhann  
Membro Titular

Jacinda Maria Dethiuki Padilha  
Membro Titular

Dulceléia da Rosa Malheiros  
Membro Titular

Rubia Fernanda Alves  
Membro Titular

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 20/09/2024 14:27-03:00-03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.atende.net/tp66edp097dcaod>.  
POR MARGIA NUNES SILVEIRA EM 20/09/2024 14:27

